

# A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS.

Elaine Cristina G. Marcon<sup>1</sup>  
Gerson Kuiz Buezenko<sup>2</sup>  
Luciano Justino<sup>3</sup>  
Maria Cecília Marins de Oliveira<sup>4</sup>  
Marilei Andrade S. Bülow<sup>5</sup>

## RESUMO

O estudo inscreve-se na temática sobre a sustentabilidade da educação, focalizando aspectos da formação profissional do professor e da estrutura física e material das escolas, sob a perspectiva histórico-regional, considerando os elementos básicos escola, professor e aluno. O estudo desenvolveu-se no Núcleo de Pesquisa “Políticas Públicas no Brasil: Cultura, Educação e Sociedade”, da Faculdade CNEC Campo Largo, no qual se investigou aspectos relativos à educação no Paraná referentes às localidades citadas em documentos oficiais, relatórios, ofícios e requerimentos. Tanto quanto possível se priorizou notícias sobre a formação e atuação de professores, bem como as condições físicas e materiais das escolas. Neste trabalho procurou-se trazer ao conhecimento o panorama educacional do período compreendido entre o Paraná Comarca e o Paraná na Primeira República.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade da educação, educação no Paraná, formação do professor, estrutura física e material da escola.

## ABSTRACT

### THE SUSTAINABILITY OF EDUCATION: FROM TEACHER FORMATION TO SCHOOLS PHYSICAL STRUCTURE

The article is part of the thematic about the sustainability of education, focusing aspects of teacher professional formation and school physical structure and material, from a historical-regional perspective, considering the basic elements: school, teacher and student. The study was developed in the Research Center “Public Politics in Brazil: Culture, Education and society”, of Faculty CNEC Campo Largo, in which investigated aspects related to education at Paraná regarding to the locations mentioned in the official documents, crafts and requirements. As much as possible prioritized news about the formation and performance, such as material and physical condition of schools. In this article sought to bring knowledge the educational panorama of the period understood between the Paraná County and the Paraná in the First Republic.

**Key-words:** Sustainability of education, education at Paraná, teacher’s formation, school’s physical structure and material.

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela ..... Professora e Coordenadora do Ensino Fundamental da Faculdade CNEC Campo Largo. Pesquisadora e integrante do Núcleo de Pesquisa da Faculdade CNEC Campo Largo, Campo Largo, Paraná.

<sup>2</sup>Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti. Professor da Faculdade CNEC Campo Largo. Pesquisador e integrante do Núcleo de Pesquisa da Faculdade CNEC Campo Largo, Campo Largo, Paraná.

<sup>3</sup>Graduando do Curso de ....., da Faculdade CNEC Campo Largo. Pesquisador e integrante do Núcleo de Pesquisa da Faculdade CNEC Campo Largo, Campo Largo, Paraná.

<sup>4</sup>Doutora em Educação pela FEUSP. Professora e orientadora da Faculdade CNEC Campo Largo. Pesquisadora e integrante do Núcleo de Pesquisa da Faculdade CNEC Campo Largo, Campo Largo, Paraná.

<sup>5</sup>Mestre em Educação pela PUCPR. Professora e Coordenadora Pedagógica Geral da Faculdade CNEC Campo Largo. Pesquisadora e integrante do Núcleo de Pesquisa da Faculdade CNEC Campo Largo, Campo Largo, Paraná.

## **Introdução**

O presente estudo inscreve-se na temática sobre a sustentabilidade da educação, focalizando aspectos da formação profissional do professor e da estrutura física e material das escolas, sob a perspectiva histórico-regional, considerando os elementos básicos escola, professor e aluno.

No desenvolvimento das civilizações, de certa forma, os elementos básicos, escola, professor e aluno sempre estiveram presentes, mesmo na fase mais primitiva da humanidade, embora não contasse com uma organização escolar como se tem conhecimento em dias modernos. Os ensinamentos ocorriam de forma prática dos adultos para os mais jovens ou de pais para filhos.

O estudo desenvolveu-se no Núcleo de Pesquisa “Políticas Públicas no Brasil: Cultura, Educação e Sociedade”, da Faculdade CNEC Campo Largo, no qual se priorizam investigações sobre a educação na região de Campo Largo. Todavia, neste trabalho procurou-se realizar considerações sobre a educação de maneira geral, trazendo, em um primeiro momento, o conhecimento sobre o panorama educacional no Paraná, visando buscar informações a respeito da formação de professores e das condições físicas e materiais que envolviam as escolas.

Desta forma, a problemática que norteou o trabalho teve por base a sustentabilidade da educação, partindo da indagação a respeito da formação do professorado e da estrutura física e material das escolas, levando em conta os equipamentos nas salas de aula para o desenvolvimento do processo de ensino.

Em princípio, o estudo está se reportando às escolas públicas, uma vez que às particulares dependiam, na maior parte das vezes, das pessoas que dispunham de alguma formação para atuar no magistério, assim como de alguma estrutura física e material para o suporte pedagógico.

As escolas públicas embora dependentes dos cofres públicos, apresentavam melhores condições que aquelas constituídas por particulares que acabavam posteriormente recorrendo ao auxílio do governo. As condições de formação de professores prática ou formal foram garantidas para as escolas públicas, tendo em vista às exigências da Inspeção de Ensino e da Secretaria da Instrução Pública para admissão de professores. Alguma formação o professor teria, fosse adquirida por meios práticos ou por cursos formais.

As condições físicas que envolviam o ambiente escolar e os equipamentos nas salas de aula constavam, de forma geral, de mesas e bancos para os alunos, mesa e

cadeira para o professor, quadro 'negro', giz, material para leitura e ensino da aritmética, estes últimos quando a escola dispunha e eram encaminhados pelo governo.

A metodologia recorreu aos métodos, histórico e analítico-descritivo, tendo por base fontes primárias representadas por documentos oficiais, ofícios, requerimentos e legislação e fontes secundárias constituídas por livros e publicações de autores que abordam o tema em questão.

Para entender-se a realidade e as mudanças que ocorrem na educação torna-se necessário refletir-se sobre a educação, para questionar-se a respeito da formação do alunado que se pretende oferecer no presente e no futuro. Para tanto, nada mais justo que buscar as raízes, as origens dessa educação que possam elucidar os caminhos tortuosos do ensino, da formação dos professores e da sustentação física e material, para compreender os procedimentos pedagógicos inovadores que foram ocupando espaço nas diferentes etapas do desenvolvimento do processo educacional.

A escola que se configurou no Brasil obedeceu a padrões escolares e pedagógicos tradicionais provenientes da Europa que ainda permanecem em prática, embora ocorram tentativas de transformação e modernização do ensino com a possibilidade de atender a demanda social e cultural. A influência das dimensões política, econômica, histórica e social foi, ao longo do tempo delineando em cada época e em cada momento histórico o processo de ensino e aprendizagem, proporcionado pela instituição escolar permeada por diferentes visões de sociedade, educação, escola, ensino e aprendizagem (FREITAS, 1994).

Com alguma pretensão é o que se busca ao resgatar raízes e origens da educação no passado que possam ajudar compreender o presente e visualizar o futuro.

## **1. Contexto político, econômico e social.**

A região que atualmente compõe o Estado do Paraná foi definida, em sua dimensão geográfica, no período Republicano. Originariamente, o Paraná fazia parte da antiga Capitânia de Sant'Ana, no período Colonial, tendo passado à condição de Comarca da Província de São Paulo, após a Independência do Brasil, em 1822.

Em 19 de dezembro de 1853, o Paraná obteve sua emancipação política e passou à condição de Província, tendo daí para frente que se organizar administrativa e economicamente.

Em fins do século XVIII, os diversos movimentos políticos que irromperam na Europa tiveram fortes reflexos no Brasil, embora não tenha alterado a estrutura social e econômica da Colônia que permaneceu fundamentada na estrutura agrária tradicional e na mão de obra escrava. Todavia, a produção agro-pecuária caracterizada por um comércio exportador era canalizada por Portugal para o mercado europeu.

As ideias liberais que impregnaram os movimentos políticos na Europa repercutiram no Brasil e aos poucos foram se consolidando através de movimentos de aspirações liberais e democráticas, no início do século XIX. Os líderes, pertencentes à camada dos senhores proprietários, atuaram nas esferas política, econômica, social e cultural, influenciados pela ideologia das universidades européias e pelos ideais liberais e democráticos.

O liberalismo, como filosofia global, repercutiu em todos os setores da vida brasileira e a educação constituiu “[...] assunto predileto dos debates e reformas políticas [...] em conflito permanente com a mentalidade e as influências coloniais” (CALMON, 1937, p. 310).

A estrutura patriarcal estava presente em todas as áreas ocupadas do território brasileiro em pequenas e grandes propriedades, cabendo, porém, aos senhores das grandes propriedades o domínio político e econômico da região, afirma Machado (1969, p. 87).

No Paraná, o sistema econômico e social fundamentava-se nas fazendas de gado que atingiram sua potencialidade em meados do século XIX, fase em que ocorreu a emancipação política do Paraná. A vida social das populações fazendeiras ocorria nas pequenas vilas criadas ao longo dos caminhos e a família fazendeira, sob regime patrimonialista das fazendas, vivia baseada nas relações de parentesco (MACHADO, 1963, p. 7-16).

O empobrecimento da família fazendeira foi resultante do abandono da criação de gado e do aluguel de invernadas às tropas provenientes do sul em direção à Feira de Sorocaba. As famílias passaram a residir nos centros urbanos, onde se firmava a superioridade comercial das cidades sobre a antiga economia agrária com reduzido número de escravos. A desagregação dos núcleos familiares levou seus membros a procurarem novas fontes de renda.

A intensificação do comércio interno de escravos para as lavouras paulistas de café reduziu o número de escravos no quadro populacional da Província, repercutindo na agricultura e no abastecimento de gêneros alimentícios, afirma Balhana (In: EL-KATIB, 1969, p. 127-128).

O governo provincial, com o objetivo de atender a falta de mão de obra na lavoura, promoveu a política imigratória com o apoio do Governo Imperial. A entrada de imigrantes de diversas nacionalidades alterou o quadro demográfico do Paraná que, juntamente com a população original, compôs “verdadeiro mosaico étnico-cultural”, observa Balhana (População do [...]. In: EL-KATIB, 1969, p. 128).

Os grupos de imigrantes que se organizaram em colônias tiveram a preocupação de manter sua cultura, por meio da criação de instituições, como a igreja e a escola, que vão atuar na preservação cultural de suas origens. Apesar do empenho em criarem escolas, os imigrantes tiveram o benefício das disposições constitucionais que garantiam o acesso à escola de primeiras letras a todas as crianças sem distinção. Notadamente as colônias localizadas próximas aos centros urbanos, principalmente Curitiba, foram as mais beneficiadas.

Tão logo se instalou a Província, em meados do século XIX, as autoridades depararam-se com sérios problemas que envolviam o ensino primário, como a falta de prédios escolares, ausência ou deficiência de professores, baixa frequência escolar, além da falta de recursos para ser investido na educação.

O ensino no Brasil de modo geral apresentava-se sem diretrizes para o encaminhamento da educação. A ausência de um plano definido de educação que atendesse as necessidades educacionais brasileiras pode ser constatada pelas inúmeras reformas e projetos na Corte, que marcaram o segundo Império e influenciaram a organização do ensino. Entre eles, comenta Chaia (1965, p. 47), merecem destaque as Reformas seguintes:

- Couto Ferraz em 1854.
- Paulino de Souza em 1869.
- João Alfredo em 1871.
- Leôncio de Carvalho em 1878.
- Rui Barbosa em 1882.
- Almeida e Oliveira em 1882.
- Barão de Mamoré em 1886.

Dessas Reformas, algumas não chegaram a ser aprovadas pela Câmara dos Deputados, mas nem por isso deixaram de influenciar na organização do ensino, alterando dispositivos regulamentares.

No Paraná, a organização do ensino público pautou-se inicialmente pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846, da Província de São Paulo, recebendo depois a influência das Reformas e Projetos provenientes da Corte. Tanto assim que, após a emancipação

política do Paraná em 1853, a Reforma do Ministro Couto Ferraz, em 1854, repercutiu diretamente no primeiro Regulamento da Instrução Pública da Província, aprovado em 1857. As demais Reformas alteraram alguns dispositivos, resultando na reestruturação regulamentar do ensino em 1871, 1874, 1876 e 1890, contando ainda com legislação complementar que procurava atender às necessidades locais conforme os recursos.

As preocupações das autoridades, de acordo com as apreciações e declarações contidas em Relatórios, registravam a falta de condições da educação na Província e a urgente necessidade de melhorar o nível de ensino. Os debates nas Sessões da Assembleia Legislativa provocavam a aprovação de novas leis e a alteração nos regulamentos. A influência das divergências e decisões dos partidos políticos que se alternavam no comando político-administrativo da Província nem sempre produziram resultados positivos para a educação, embora, em última análise, as autoridades estivessem empenhadas na solução dos problemas sociais, como registram os Relatórios.

## **2. O quadro educacional no Paraná. Os professores.**

Na condição de Comarca da Província de São Paulo, o Paraná estava subordinado às determinações legais daquela Província, estando o ensino regulamentado segundo as leis paulistas.

As condições econômicas da Comarca eram muito precárias, inviabilizando qualquer iniciativa pública local. O comércio e a agricultura não apresentavam grande desenvolvimento ficando a região relegada ao segundo plano nas atenções do governo de São Paulo. O ensino de primeiras letras não recebia nenhuma atenção ficando as crianças sujeitas à instrução recebida no meio familiar. Escolas providas pelas comunidades não fazia parte dos costumes da tradicional sociedade campeira.

A primeira escola que surge nesse estilo foi fundada por imigrantes alemães localizados às margens do Rio Negro, em fins da década de 1820, observa Westphalen (A erva-mate e [...]). In: EL-KATIB, 1969, p. 133-134).

A preocupação era que os filhos aprendessem as tarefas ensinadas pelos pais para darem continuidade ao trabalho na idade adulta. A escola não era prioridade e nem sempre existia nas proximidades das residências. O quadro de professores era restrito e o ensino para as camadas populares era considerado inútil e supérfluo, afirma Pillotto (1954, p.52).

A Lei de 1827, de Januário da Cunha Barbosa, e o Ato Adicional de 1834, a primeira pretendendo a criação de escolas e o segundo alterando dispositivos constitucionais ao delegar poderes às Províncias para legislarem, inclusive acerca do ensino, propiciaram os primeiros concursos para professores.

O Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, de 1930, traz compilado por Francisco Negrão a transcrição das “Actas das Sessões da Camara, 1815-1841”, nas quais constam as provisões e contratações de professores na Vila de Curitiba, conforme atestados de idoneidade e formação que comprovam a assistência ao ensino. Em 1815, houve a contratação de Cândido Marcondes Ribas, e, em 1821, de Joaquim José Ferreira Bello. Entre os anos de 1833 e 1835 dois professores prestaram concurso na Vila de Curitiba, Rita Ana de Cássia França que permaneceu contratada de 1833 a 1835 e João Baptista Brandão de Proença, em 1834, como mestre-régio para meninos, na escola instalada no Consistório da Igreja de São Francisco das Chagas, onde aplicou pela primeira vez o Método de Lancaster no Paraná (NEGRÃO, 1930).

O Boletim ainda registra novos concursos, como o de Leopoldina Leoniza de França para substituir Rita Ana de Cássia França, em 1839. Leopoldina demitiu-se após dois anos no magistério, passando a ocupar sua vaga, a Professora concursada em 1840, Maria do Carmo de Moraes, que permaneceu no exercício do magistério até 1866 (SANTOS, Relatório do [...], 1867, p. 14).

Outras localidades também contavam com escolas de primeiras letras. Conforme Saint-Hilaire (1978, p. 52), em Castro, uma das vilas da Comarca, a instrução pública por volta de 1820 era quase inexistente em todo o distrito. Somente em 1830, diz o autor, é que o Governo Provincial de São Paulo decretou a nomeação de um professor para meninos e após dezesseis anos, em 1846, outro decreto criava uma escola para meninas.

Em Paranaguá, onde o comércio desenvolvia-se em virtude do movimento regular do porto, era uma das localidades mais movimentadas da Comarca. A presença de estrangeiros, vindos de países adiantados, propiciou mudanças nos costumes dos moradores, onde bom gosto, asseio, hospitalidade e cultivo das artes foram tomando lugar na sociedade local (WESTPHALEN, 1973, p. 546).

Por volta de 1850, na sociedade de Paranaguá, havia moças que tocavam piano, rapazes a flauta, o violão e a rebeca (WESTPHALEN, 1973, p. 547). O ensino público, em 1847, contava com dois professores que lecionavam para 136 alunos e uma professora com 29 alunas (SAINT-HILAIRE, Viagem a [...], 1978, p. 100).

Havia também uma escola de latinidade e um colégio para meninas pensionistas, mantido pelas norte-americanas Jessica e Willie James, observa Westphalen (1973, p. 547). Em 1849, Vieira dos Santos informava haver em Paranaguá três escolas públicas e três escolas particulares, conforme menciona Carneiro (1963, p. 333).

Todavia, a falta de professores era uma constante nessa conjuntura, embora Paranaguá estivesse bem assistida. Procurando solucionar a falta de professores, o Governo Imperial recomendava a adoção do Método de Lancaster que, no Brasil, não alcançou o êxito obtido na Índia, Inglaterra, Estados Unidos e França (CHAIA, 1965, p. 25). A adoção do Método visava atender grande número de crianças, como ocorrera nos países citados. Entretanto no Brasil pouco resultado obteve, uma vez que a baixa frequência escolar impedia a aplicação correta do Método.

No empenho de uniformizar o ensino, os Deputados debatiam sobre a necessidade de uma legislação para o ensino na Corte e que, ao mesmo tempo, servisse de modelo para a organização do ensino elementar nas Províncias. Nesse sentido, o Ministro Couto Ferraz aprovou a Reforma para o ensino na Corte, em 1854.

Mas, além do nível elementar, havia a necessidade de se criar escolas de ensino secundário, ainda inexistente no país. Em 1838, o Governo Central criou o Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, para servir de padrão para a criação de escolas secundárias nas Províncias.

Em 1846, o Governo criou o Liceu Nacional, no Rio de Janeiro, servindo de modelo para os governos provinciais. Neste ano, o Governo da Província de São Paulo, com base na Lei nº 34, de 16 de março de 1846, criou dois Liceus, um em Taubaté e outro em Curitiba (HAIDAR, 1972, p. 105).

O Liceu de Curitiba desempenhou papel significativo na questão da formação de professores, nos trinta anos que separaram a criação do Liceu da criação da Escola Normal, na Província do Paraná, em 1876.

As dificuldades que cercaram a criação da Escola Normal não foram particulares ao Paraná, uma vez que a Província paulista também enfrentou dificuldades para manter em funcionamento a Escola Normal criada em 1847. Tanuri (1979, p. 17-19) registra que nos vinte anos de funcionamento as frequências oscilavam entre 11 e 21 alunos, numa média de dois alunos diplomados por ano. Com um currículo desorganizado e variável de ano a ano, a Escola acabou sendo extinta em 1867.

Poucos anos depois, o Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, Diogo de Mendonça Pinto, reconhecia o desprestígio da carreira do magistério, dizendo:

Os ordenados são tão mesquinhos que dir-se-á que elevou-se-os quanto preciso simplesmente para atrair à profissão de mestre um cidadão qualquer. Ora, o que devia acontecer, aconteceu: tudo quanto não vê diante de si meio mais lucrativo de vida, precipita-se para a carreira do magistério (SP. Relatório [...], 1854, p. 5).

As palavras do Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo correspondiam à verdade dos fatos. No Paraná, muito tempo se passou para as autoridades decidirem criar uma Escola de formação de professores.

## 2.1 Os professores na Província do Paraná.

Na ocasião da emancipação política do Paraná, em 1853, a falta de recursos da nova Província não permitia investimentos para a criação de uma Escola Normal, apesar da necessidade de formar professores. O método indicado baseava-se no treinamento prático, no qual o professor treinava nas tarefas diárias o pretendente ao magistério. Era o denominado método holandês.

O método holandês continuou sendo indicado para o treinamento de mestres, por ser um meio prático e econômico de formar professores. Como alternativa de formação, a própria Reforma do Ministro Couto Ferraz, em 1854, indicava a adoção do método nas províncias sem condições financeiras para criar uma Escola Normal. Aliás, tal método baseava-se na Lei Fallaux, promulgada na França, em 1850, que atendia as necessidades do ensino francês e serviu de modelo para a estruturação e organização administrativa do ensino público no Brasil (PR. VASCONCELLOS, 1954, p. 16).

A lei francesa propunha dois métodos de formação do professorado, um por meio de cursos em escolas normais e outro, pela prática, como alunos mestres para depois ocuparem as vagas de professores em escolas.

O sistema de formação de professores através do método holandês consistia em ensinar, na prática, os alunos na condição de alunos-mestres, para, depois, tornarem-se ajudantes. Completava a formação prática os estudos na escola primária de 2ª ordem, que contava com disciplinas mais aprofundadas e específicas que aquelas de 1ª ordem, também da escola primária (OLIVEIRA, 1986, p. 106).

Tanuri (1979, p. 21-22) comenta que os resultados pouco favoráveis e o insucesso de algumas Escolas Normais em várias províncias levaram Presidentes de Província a optarem pelos sistemas, austríaco e holandês, para formar “professores adjuntos”, sem terem, porém qualquer base teórica.

Em 1867, o Presidente Burlamaque propôs a criação de uma Escola de Pedagogia instituída pela Lei nº 150, de 10 de maio, daquele ano (PR. BURLAMAQUE, 1867, p. 31-32). Sem ter estar regulamentada, a Escola não funcionou.

Em 1870, nova tentativa foi realizada pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho para criação de uma Escola Normal, em Curitiba, agora regulamentada pela Lei nº 238, de 19 de abril (PR. Leis e Regulamentos [...], 1870, p. 47-48).

O curso que constava de dois (2) anos destinava-se aos sexos, masculino e feminino, havendo para as moças modificações de algumas matérias e a inclusão de trabalhos de agulha (PR. Leis e Regulamentos [...], 1870, p. 48). Dificuldades financeiras para compor o corpo docente da Escola impediram sua implantação, continuando, portanto, a sistemática de seleção de professores por exames ou por treinamento prático.

Em 1876, afinal, tornou-se realidade a criação da Escola Normal, por iniciativa do Presidente Adolpho Lamenha Lins, por meio da Lei nº 456, de 12 de abril de 1876, anexa ao Instituto Paranaense, que era freqüentado por alunos, candidatos aos cursos superiores (PR. Leis e Regulamentos [...], 1876, p. 20-21).

No Regulamento Orgânico da Escola Normal e do Instituto Paranaense, estabelecido pela Lei nº 456, constava o currículo da Escola, em dois anos, e a criação de uma escola primária anexa, para o ensino prático dos alunos (PR. Leis e Regulamentos [...], 1876, p. 3-35). A anexação dos cursos permitiu o funcionamento das aulas e o aproveitamento de professores do Instituto para o curso Normal.

Em 1880, no 2º ano da Escola, foram introduzidas as disciplinas de Pedagogia e Filosofia, considerando a existência das disciplinas de Direito Público e estudos da Constituição, já presentes no currículo desde a criação da Escola. Ainda, em 1880, o Presidente Luiz Dantas Filho, propunha a criação de uma Escola Normal para o sexo feminino, uma vez que somente as mulheres eram designadas para as escolas mistas, criadas em 1874, embora com funcionamento distintos para cada sexo (PR. DANTAS FILHO, 1880, p. 37-38).

Em 1882, as idéias da criação de uma Escola feminina foram incorporadas no novo Regulamento, passando a Escola Normal a ter a denominação de Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná (PR. Leis e Decretos [...], 1882, p. 3-17). A associação dos cursos implicou na reformulação dos currículos, transformando-os num único currículo, mais amplo, pois as matérias se distribuíam nas 7 séries que compunham o Ginásio, agrupadas ou isoladas conforme o curso e a escolha do aluno. A associação e a ampliação dos currículos não deram bons resultados, por serem

incompatíveis com os dois anos de curso da Escola Normal, enquanto para os sete anos do Ginásio a distribuição das matérias se dava com certo equilíbrio. A ampliação do currículo visava atrair os alunos que continuavam indo para São Paulo, Rio de Janeiro e, até mesmo, para o exterior. Todavia, os cursos e os currículos foram reformulados para atender melhor a realidade da educação na Província. A Escola Normal afinal, não conseguiu atrair uma clientela significativa, ficando aquém das expectativas.

Em 1884, o Presidente Oliveira Bello aprovava o “Regulamento do Instituto Paranaense e Escola Normal anexa”, esta última com currículo específico, tendo entre as disciplinas a de “Pedagogia, Metodologia e Administração Escolar (PR. Leis e Decretos [...], 1883, p. 1-14).

O período provincial terminava e os esforços para criação e manutenção da Escola Normal apresentaram poucos resultados. A maior afluência era de alunos para o Instituto Paranaense que possibilitava o ingresso em cursos superiores.

A crescente presença feminina na rede de escolas primárias públicas começou a ocorrer a partir de 1882, quando se registrou a presença de 52 professoras que passou a contar em 1889, com 90 professoras no magistério. A figura masculina, por sua vez de 84 professores, em 1882, sofreu um decréscimo para 63 professores em 1889, conforme dados apresentados por Oliveira (1986, p. 276-277).

O aumento do número de professoras, na última década do período Provincial, não se deveu, entretanto à formação na Escola Normal, mas, sim, à admissão por concurso de habilitação ou contratos. Nas camadas médias e altas da população, o magistério passou a ser visto não mais como trabalho dos infortunados, mas com a simpatia que se devota à extensão dos cuidados além dos laços familiares.

Entre 1889 e 1930 foi crescente o número de mulheres exercendo o magistério na escola primária. No Ginásio e na Escola Normal continuou predominando a figura masculina, cabendo à mulher somente as aulas de prendas domésticas.

A demanda de mulheres à Escola Normal elevou-se a partir de 1910, no período republicano. Até então, a Escola contara, no máximo, com cinco alunos, ficando muitas vezes inoperante, mas com o aumento das matrículas a partir de 1910, a rede escolar pública passou a contar com maior número de professores formados. Desses, a maior parte, porém destinou-se aos Grupos Escolares que começaram a ser criados, em 1903, em Curitiba, e, depois, em cidades do interior (PR. Decreto nº 263 de 1903, p. 92-102).

A participação mais intensa das mulheres no mercado de trabalho estava relacionada com as mudanças que se verificaram na sociedade civil, na década de 1910, influenciadas também pelos acontecimentos internacionais que acabaram por deflagrar a Primeira Grande Guerra. O conflito e os acontecimentos na época passaram a exigir maior participação feminina no mercado de trabalho.

A demanda para a Escola Normal tornou-se mais intensa em 1923, quando da Reforma pelo Diretor Geral, Lysimaco Ferreira da Costa. A morosidade das autoridades em dinamizar a formação de professores, centralizada na tradicional Escola Normal de Curitiba, impediu a composição do quadro docente de pessoal mais habilitado nas escolas públicas, haja vista o número de 410 normalistas por volta de 1929, em relação a 1417 professores não normalistas (OLIVEIRA, 1986).

O modelo paulista foi tomado como parâmetro para organização das escolas da rede pública, criando-se, em 1915, as Escolas Normais Intermediárias, para garantir aos alunos a nomeação, como professor efetivo, para escolas de centros menores do interior. Para as escolas e grupos escolares da Capital dava-se preferência aos diplomados pela Escola Normal de Curitiba que, após 1923, passou a denominar-se Escola Normal Secundária, enquanto a Escola Intermediária passou a denominar-se Escola Normal Primária (OLIVEIRA, 1994, p. 217).

A preocupação com a formação dos professores intensificou-se com o movimento da Liga de Defesa Nacional, que enfatizava o nacionalismo e o trabalho contra o analfabetismo. Apesar do aumento de matrículas, persistia a defasagem entre matrícula e freqüência, conforme os ofícios encaminhados à Inspetoria Geral do Ensino, por professores e Inspetores locais, informando os elevados índices de evasão ou reprovação de crianças na 1ª série (OLIVEIRA, 1994, p. 218).

O dinamismo do Inspetor Geral, Prieto Martinez, não se limitou ao trabalho com as escolas, incluiu também a reforma na Escola Normal que começou, em 1920, pela separação definitiva da Escola das aulas do Ginásio, aumentando o tempo do curso de dois para quatro anos e reestruturando o currículo e a distribuição das matérias.

Segundo Miguel (1992, p. 48-49), o Curso Intermediário também foi alvo de mudanças, pois seu currículo constituía-se de disciplinas que, de um lado, correspondiam ao programa da escola primária e, de outro, a ampliação dos conteúdos se aproximando do currículo da escola secundária. As alterações curriculares no Curso foram acompanhadas da criação de um Grupo Escolar anexo à Escola Normal, para a prática pedagógica, nos moldes das escolas paulistas (MIGUEL, 1992, p. 49). Aliás, nos moldes paulistas foram não somente reorganizadas as escolas públicas no Paraná,

mas também as edificações dos prédios escolares que seguiram de perto a arquitetura empregada em São Paulo.

“As Bases Educativas para Organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná”, formuladas por Lysimaco Ferreira da Costa, estavam assentadas em princípios de educação popular, com o propósito de combater o analfabetismo e diminuir o nível de pobreza, segundo o caráter nacionalista do sistema educativo (MIGUEL, 1992, p. 57-59). A concepção nacionalista compreendia a idéia da transformação para uma sociedade equilibrada e sadia.

As idéias contidas nas “Bases Educativas” inseriam-se no projeto de nacionalidade, com argumentos muito mais políticos do que pedagógicos que eram defendidos pela Associação Brasileira de Educação (MIGUEL, 1992, p. 61).

Por outro lado, os indicadores da pedagogia da Escola Nova inseriam-se, também, no projeto de construção da nacionalidade, como um conjunto de idéias educacionais, subsidiada pelo progresso científico e pelas medidas racionalizadoras de organização escolar, preparando os alunos para o trabalho. A observação, a experimentação e a presença da Psicologia Diferencial, fundamentavam métodos e técnicas de aprendizagem (MIGUEL, 1992, p. 94-95).

A reforma de 1923 que reestruturou a Escola Normal Secundária atingiu a educação paranaense como um todo, condicionando, inclusive a criação de mais escolas normais, uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa. Miguel, em seu trabalho sobre “A pedagogia da Escola Nova na formação do professor primário paranaense”, fala da consolidação da reforma através da Escola de Professores, no período do Estado Novo, e de sua expansão de 1946 a 1961 (MIGUEL, 1992, p. 97).

### **3. A estrutura física e material das escolas.**

#### **3.1 A estrutura física das escolas.**

O quadro geral da Instrução Pública encontrava-se precário na fase da instalação da Província do Paraná, deficiente em escolas, professores e alunos. A promoção do ensino a cargo das províncias, outorgada pelo Ato Adicional de 1834, de um lado deixara o ensino público sujeito aos limitados recursos financeiros das províncias e, de outro, a liberdade de ensino outorgada também pelo Ato, propiciara o surgimento de escolas particulares, principalmente nas Províncias de maior população e de maior movimentação econômica.

A escassez de escolas primárias no Paraná, em 1854, retratava a incipiência do seu quadro econômico e mesmo social, levando o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos (1854, p. 12) a assinalar a necessidade de expandir a rede de escolas públicas, bem como favorecer ao povo o ensino gratuito, uma vez que o ensino público não gozava de total gratuidade, tendo em vista as taxas que eram cobradas de todos os matriculados e durante a frequência à escola.

Pequena faixa da população era beneficiada com o ensino público não correspondendo, porém à faixa economicamente mais abastada que mandava os filhos estudarem em centros mais desenvolvidos. As escolas sem uma estrutura física adequada não eram atrativo para os pais enviarem os filhos às escolas, pois funcionavam em casas alugadas ou quando necessário, na própria residência do professor, apesar de estar proibida, no Regulamento da Instrução Pública, a coabitação do professor na casa que servia de escola. Nas localidades do interior era difícil se encontrar moradias, além dos preços de alugueres serem elevados.

Afinal, a forma de se contornar a falta de um prédio que servisse de escola era por meio de aluguéis de casas. Embora não fosse o mais adequado, as autoridades tiveram que lançar mão desse expediente, prevendo inclusive nos orçamentos de despesas do Governo desde aquela época.

A primeira construção de prédio para o funcionamento de escolas primárias que se têm notícias foi em 1883 e, a segunda, no ano seguinte, ambas em Curitiba. Por essa época o Ginásio e a Escola Normal que lhe era anexa, funcionavam em prédio próprio, levantando-se a necessidade de sua ampliação. Em 1889, cogitava-se a destinação de 20:000\$000 (vinte contos de réis) para o aumento do prédio (PR. CHAVES, 1898, p. 12-13).

Para as escolas primárias somente havia aquelas construídas no período provincial, em 1883 e 1884. Somente em 1900 foi que o Governo do Estado começou a investir em construções de prédios para escolas.

Um dos responsáveis pelo incremento à construção de prédios para as escolas foi Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva (1893, p. 6), Superintendente do Ensino, que ressaltava no Relatório, em 1893, a falta de prédios apropriados que atendessem os preceitos de higiene e estética.

Em Curitiba, outra questão era apontada pelo Superintendente do Ensino a respeito da distribuição das escolas, instaladas em casa disponíveis para aluguel, sem a possibilidade de localizá-las em pontos mais estratégicos. Com isso, dizia O

Superintendente, havia mais de uma escola numa mesma rua, quando a necessidade se fazia em outro ponto da cidade.

Em 1893, em Curitiba, estava em construção um edifício patrocinado pela Sociedade Propagadora de Erva-Mate para a instalação da Escola Tiradentes, com auxílio do Estado. Na Lapa, com donativos de particulares e auxílio do Município, construiu-se um prédio para abrigar a Escola Benjamin Constant. Por conta do Governo do Estado havia o projeto de construção de um prédio escolar na Capital, informava Amaral e Silva (1893, p. 6). Afora essas construções e os dois prédios construídos ainda no Governo Provincial, as escolas primárias públicas funcionavam em residências alugadas.

Dez anos depois, Victor Ferreira do Amaral e Silva, novamente à frente da Inspeção, apontava as mesmas dificuldades na distribuição das escolas não somente na Capital, mas em todas as localidades do Estado.

A construção do prédio para a Escola Xavier da Silva ainda não fora concluída, mas o Inspetor já tinha pretensões de implantar neste ambiente o sistema de grupos escolares que ficara conhecendo em sua viagem a São Paulo. Em 1904, o prédio em fase de acabamento, com salas espaçosas e recreios abertos e cobertos, incentivou outras construções do gênero. A reforma do prédio do Ginásio fora concluída, favorecendo o funcionamento do curso e da Escola Normal anexa em recintos adequados. Com a construção dos primeiros prédios o Governo viu-se compelido a autorizar contratos com empresas para edificação de escolas, em cidades como Castro, Paranaguá e Antonina, ainda em 1904 (AMARAL E SILVA, 1904/1905, p. 22).

No ano seguinte inauguraram-se os prédios para a instalação do Grupo Escolar “Xavier da Silva” e do Jardim de Infância, instalado no antigo edifício da Escola Normal, remodelado, em Curitiba, o Grupo Escolar “Vicente Machado”, em Castro, e a Casa Escolar “Jesuino Marcondes”, em Palmeira (LINS, 1905, p. 12).

Em razão das construções o Governo passou a ter novo encargo para a manutenção dos prédios, como já começava a acontecer. Em 1905, a Professora Júlia Wanderley Pehich encaminhava Ofício ao Secretário do Interior solicitando reparos na Escola Tiradentes que apresentava fendas nas paredes muito comprometidas com as incessantes chuvas (PR. Ofício [...], 1905, p. 45).

As poucas edificações escolares não solucionaram a falta de prédios para as escolas, permanecendo uma deficiente estrutura física para as escolas. Em 1910, o Inspetor Escolar de Paranaguá oficiou ao Diretor Geral sobre o funcionamento impróprio da escola regida pelo Professor Cândido Natividade da Silva, por existir casa

desocupada e em condições de uso, no lado sul da cidade, razão porque solicitava a construção urgente de um prédio por aqueles lados, para atender a população escolar do local e de suas proximidades. (PR. Ofício [...], 1910, p. 160, f/v.).

O ensino não teve o desenvolvimento esperado pelas autoridades, tendo em vista que a falta de prédios comprometia a estrutura física das escolas e, conseqüentemente, do ensino, tornando-se assim um agravante.

Em 1910, o Governo firmou contratos com empresas construtoras para a construção de casas escolares, priorizando a construção de grupos escolares, embora a construção de casas para escolas simples fosse menos dispendiosa.

A ideia da implantação do ensino seriado provavelmente fosse forte razão para tal decisão, bem como o aumento da frequência de alunos nos grupos escolares, uma vez que os pais davam preferência em matricular os filhos nos poucos estabelecimentos que já estavam em funcionamento.

Por outro lado também, cabe considerar as informações trazidas pela professora Carolina Moreira de sua visita a São Paulo que contribuíram para orientar as autoridades nos projetos de construção dos grupos escolares (PR. Relatório [...], 1907. In: CERQUEIRA, 1907, p. 10). As plantas dos edifícios, com previsões para salas de aula, pátios para recreios e outras dependências evidenciaram as imperfeições das construções até então realizadas. Os Grupos Xavier da Silva, Vicente Machado e Escola Tiradentes tinham as salas mal iluminadas, pouco ventiladas, estreitas e sem espaço de circulação entre as carteiras.

Os contratos com empresas construtoras referiram-se a edificações de grupos em Curitiba, Jacarezinho, Jaguariaíva, Campo Largo e Rio Negro, de casas escolares em Curitiba, Araucária e um Jardim de Infância em Curitiba (PR. XAVIER, 1910, p. 40-41). Embora a prioridade fossem os grupos escolares, nem por isso o Governo deixou de lado a situação das escolas simples, tendo lançado, em 1909, uma Circular dirigida aos Inspectores Escolares para efetuarem o levantamento das escolas em seus distritos, em relação à localização, à população escolar, à criação de novas escolas, ao tipo de clientela dominante, masculina e feminina, e outras questões (PR. XAVIER, 1909, p. 74-75). O objetivo do levantamento visou melhor distribuição das escolas e a verificação das localidades que não contavam com este benefício, tendo em vista as solicitações constantes de moradores para criação de escolas (PR. Ofício [...], 1907, p. 78, f/v). Os desacertos na localização das escolas precisavam ser evitados, embora se ressalvassem os casos dos aluguéis sujeitos à disponibilidade de casas.

Dos 32 distritos, onde foram efetuados os levantamentos, somente cinco não necessitavam de escolas. Os demais necessitavam de escolas para atender um número de crianças que variava de 20 a 130, como ocorria com o povoado de Santa Quitéria em Palmeira e Ribeirão Claro (PR. XAVIER, 1909, p. 75).

Até 1913, o Governo conseguiu construir um total de 13 prédios para grupos e 9 para casas escolares, em 10 municípios. Em três anos, o número de construções alcançou o índice de 33 prédios para grupos, beneficiando 15 municípios, embora uma parte desse aumento fosse devida à transformação de casas escolares em grupos, como ocorreu em União da Vitória, conforme Ofício do Secretário Geral do Estado ao Diretor Geral da Instrução Pública, em 9 de abril de 1913 (PR. Ofício [...], 1913, p. 67).

Dez anos depois, o número de construções para grupos escolares elevou-se para 43, tendo sido construídos mais 10 grupos, em dez municípios. O número de construções para casas escolares cresceu consideravelmente, revelando os investimentos do Governo com prédios menores, destinados às escolas simples. Dos três prédios em 1916, dois na Capital destinaram-se aos Jardins de Infância e um, em Colombo, para uma escola simples. Em 1926, havia um total de 18 dessas construções, sendo que o maior número delas concentrou-se em Curitiba (PR. Relatórios [...], 1913, 1916 e 1926).

A prioridade na construção de grupos escolares deu-se em parte, pela preocupação em modernizar o ensino com a implantação de uma nova estrutura escolar. A reunião de duas a quatro escolas, num mesmo estabelecimento, permitiu introduzir a sistemática da seriação do ensino. Também possibilitou concentrar um número expressivo de crianças nas dependências das escolas, mais adequadas às modernas orientações pedagógicas que previam ambientes amplos, arejados e iluminados para o seu funcionamento.

Na década de 1920, a construção de grupos escolares começou a ceder lugar a investimentos em prédios menores. Em 1929, o Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, referia-se à necessidade da construção de três grupos escolares na Capital, nos bairros da Água Verde, Santa Felicidade e Nova Polônia, tendo em vista o aumento da população escolar (PR. Mensagem [...], 1929, p. 129).

Além das construções coube ao Governo, por meio da Secretaria de Obras Públicas, a manutenção e os reparos nas construções que eram solicitadas por professores e inspetores escolares, como a instalação de banheiros, consertos em telhados, instalação de água corrente entre outras necessidades, como aconteceu com a Escola de Balsa Nova, em Campo Largo (PR. Abaixo assinado de [...], 1918, p. 260).

A expansão da rede escolar, dependente da disponibilidade de casas de aluguel, teve com a construção de prédios próprios para instalação de escolas maior incremento.

Os investimentos do Governo nessas construções revelaram à população o grau de importância que as autoridades atribuíam à educação. Provavelmente a ideia de que tais investimentos seriam secundados pela permanência de professores que garantiram a continuidade das aulas, tenha influenciado as comunidades locais, onde eram construídas as escolas.

### 3.2 Os recursos matérias das escolas.

Tal como ocorreu com os recursos físicos, os recursos matérias guardaram sua importância por garantirem melhores condições para regular o funcionamento da escola, fossem os recursos permanentes, como móveis, relógios, mapas, talhas de água, fossem de consumo, como lápis, cadernos, tintas, penas, livros e outros.

O procedimento de fornecer recursos materiais às escolas foi prática do período provincial nem sempre fielmente cumprido pelo Governo. Os recursos garantiram o regular funcionamento das aulas e possibilitaram melhor produção dos alunos. Apesar de o fornecimento estar previsto em lei, a remessa ocorria irregularmente, obrigando professores e inspetores escolares a solicitarem o material escolar.

O equipamento das escolas, em princípio, deveria ser fornecido pelo Governo que, inclusive, destinou verba específica para sua aquisição. A criação de escolas providas desses recursos, todavia não acontecia. As precárias finanças do Estado não permitiam prover todas as escolas. Os móveis, não raramente, eram improvisados com a ajuda de moradores, professores e prefeituras.

Por outro lado, as despesas com material sobrecarregavam o Governo, comprometido com aluguéis e vencimentos de professores. Daí porque a subvenção às escolas particulares constituiu a maneira de contornar essa e outras dificuldades.

A precariedade de material das escolas é retratado nos diversos ofícios e requerimentos, de professores e inspetores escolares, solicitando providências das autoridades. O requerimento da professora Maria Magdalena Fernandes, em 1898, foi esclarecedor. A professora solicitava mobiliário para escola: banco-carteiras, quadro-negro, mesa, cadeiras, além de livros para os registros escolares, como matrícula, inventário escolar, termo de visitas e exames (PR. Ofício [...], 1898, p. 171).

A alternativa encontrada por muitos professores, devido à demora da remessa de material, foi pedir autorização à Direção Geral do Ensino para encomendar os móveis na própria localidade e, posteriormente, solicitar o ressarcimento das despesas pelo Governo, anexando comprovantes ou relação de objetos confeccionados e os valores (PR. Ofício [...], 1898, p. 53-54).

O desconhecimento da falta de recursos escolares, na primeira década da República, evidenciou a negligência das autoridades sobre assuntos tão relevantes. A inexistência de um levantamento geral originou esse estado de coisas, embora houvesse a exigência do inventário dos equipamentos escolares por meio de relatórios, nos quais os professores apontavam as condições do estabelecimento (PR. Relatório [...], 1897, p. 108). Os equipamentos quando não existiam os professores solicitavam o necessário para equipar a escola. Quando existiam, relatavam o estado em que se encontravam para recuperá-los ou solicitavam a reposição daqueles sem condições de uso ou, ainda, solicitavam a remessa daqueles que ainda faltavam na escola.

Poucas foram as escolas totalmente equipadas. Nem mesmo a política de recuperação das finanças estaduais, realizada no primeiro mandato de Xavier da Silva, de 1892 a 1896, foi suficiente para restabelecer o equilíbrio do fornecimento de material às escolas. A remessa continuou se fazendo após solicitação do professor ou do Inspetor Escolar, na qual indicava o destino do material: crianças pobres. Por isso as solicitações eram feitas, especificando a destinação do material, de forma a sensibilizar as autoridades em assistir os alunos carentes que se constituíam na maioria da clientela das escolas públicas (PR. Ofício [...], 1897, p. 32).

Em 1905, o Estado não conseguira ainda regularizar o fornecimento de material escolar. A criação do imposto da Taxa Escolar desde 1890 para ser aplicado na aquisição de material às escolas não dera resultados. A captação de verbas proveniente desse imposto fora insuficiente para atender à sua finalidade e os municípios se viam às voltas com a falta de verbas para equipar escolas (PR. Ofício [...], 1905, p. 87). Os professores também tiveram uma parcela de culpa na falta de equipamentos e material escolar. A solicitação desse material ocorria após algum tempo de exercício na escola, sujeitando-se o professor aos equipamentos improvisados. Isso provocou o irregular funcionamento das aulas, a pouca produtividade das crianças e, até mesmo, a diminuição da frequência daquelas mais pobres, por falta de material.

Em 1906, o professor Sebastião Paraná, Inspetor Escolar, em visita às escolas do litoral constatou um quadro nada animador. Dizia ele:

Todas as escolas públicas do Estado, com raras exceções, são freqüentadas por diversos alunos paupérrimos. Vi-os nas escolas do litoral e do interior do Estado, quando as inspecionei ... . Vejo-os também aqui na Capital. São crianças quase maltrapilhas, sem livros, sem brilho no olhar, magras, anêmicas, raquíticas! A indigência dos pais as sacrifica. E assim mesmo vão à escola, levando na algibeira um retalho de livro e um pão de véspera para refeição no recreio. Não será justo e até caridoso ocorrer o Estado em favor desses infelizes, dando-lhes livros, papel e até roupas se for possível? (PR. Relatório [...], 1906, p. 22-23).

Nessa realidade fundamentaram-se os professores ao solicitarem material para os seus alunos. Apesar de o Governo manifestar-se favorável a esse tipo de atendimento, a prática demonstrou o contrário, distante dos discursos e das determinações legais. A educação, apontada como importante questão social, continuou precária em vários aspectos. As disputas políticas, tanto ao nível estadual como ao nível local, deixaram pouco espaço para a busca de soluções sobre esses assuntos. Equipamentos e material escolar foram constantemente solicitados, evidenciando a sua deficiência.

Ainda em 1906, o Diretor Geral expedia uma circular às escolas públicas, exigindo o levantamento dos equipamentos existentes ou que se faziam necessários. Da medida resultou o levantamento das condições das 217 escolas do Estado, das quais 53 eram de Curitiba. A circular também atingiu o Ginásio Paranaense, a Escola Normal e o Jardim de Infância na Capital, totalizando 56 estabelecimentos no Município (PR. Relatório [...], 1906, p. 72-100).

#### QUADRO I

##### CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS PÚBLICAS EM 1906.

Municípios	Escolas equip.		Reposição equip.		Sem inform.	Total
	Total	Parcial	Total	Parcial		
Curitiba	19	34	-	34	-	53
Outros	4	144	55	98	7	164

Fonte: "Quadro demonstrativo do mobiliário escolar do Estado, distribuição pelas escolas providas e do que se torna necessário". In: PARANÁ. CERQUEIRA, 1906, p. 72-100.

Como se observar no Quadro I as escolas de Curitiba foram as mais equipadas, provavelmente por se encontrarem próximas às autoridades. As localizadas em outros municípios necessitavam de algum material, fossem mesas, carteiras, mapas, livros de registro etc. Isso não impedia, porém que as aulas fossem interrompidas. Todavia se as dificuldades verificavam-se em escolas da Capital ou em municípios próximos aos órgãos do Governo, quais não seriam as dificuldades daquelas que se situavam no

interior do Estado? Dessas, conforme o “Quadro de monstrativo [...]” anexo ao Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, somente 4 escolas encontravam-se totalmente equipadas, uma na cidade de Paranaguá e três nas Colônias Virmond, Dantas e Mendes Sá (PR. CERQUEIRA, 1906, p. 79, 80, 90, 100. “Quadro demonstrativo do [...]).

A maioria, 98 escolas, precisavam completar os móveis e os objetos escolares e 55 não tinham móveis fornecidos pelo Estado. Dentre essas, 4 funcionavam com móveis cedidos pelas Câmaras Municipais e 8 com móveis cedidos pelos professores. Embora 43 escolas estivessem indicando que não possuíam móveis fornecidos pelo Governo, sem mencionarem a procedência de seus poucos equipamentos, muitas delas os tinham custeados pelo próprio professor. Este foi o caso da Escola regida pelo professor Manoel Borges de Macedo, do povoado de Santaria, no Município de Votuverava (PR. Ofício [...], 1906, p. 106).

Apesar de o levantamento dar conhecimento das condições materiais das escolas, nenhuma medida para beneficiá-las foi tomada pelo Governo. Dois anos depois, o Inspetor Escolar da capital retornou a levantar o problema do mobiliário das escolas, velho e quebrado, necessitando de substituição (PR. XAVIER, 1908, p. 54). Afinal, o ensino foi levado adiante pela dedicação dos professores que se sujeitaram ou contornaram as precárias condições materiais das escolas, onde lecionavam.

A inovação, em termos de móveis escolares veio ter ao Paraná, em 1907, por intermédio das notícias sobre mobiliário das escolas paulistas, trazidas de lá pela professora Carolina Moreira. A aquisição, por aquele Governo, de carteiras importadas dos Estados Unidos foi sugerida ao Governo do Paraná, para substituir os velhos e ultrapassados móveis das escolas públicas (PR. MOREIRA [...]. In: CERQUEIRA, 1907, p. 11). O assunto mereceu a atenção das autoridades somente seis anos depois, quando foram importadas as carteiras americanas, para serem distribuídas aos grupos escolares. Em 1913, chegaram as primeiras carteiras americanas no Serviço de Almoarifado para serem montadas nas escolas da Capital e, posteriormente, em escolas do interior. Novamente a Inspeção realizou o levantamento dos móveis e utensílios necessários às escolas para o controle do Serviço de Almoarifado (PR. SANTOS, 1913, p. 5-6). As antigas carteiras nacionais foram recuperadas pelo Serviço e devolvidas às escolas de origem. Em 1916, 63 carteiras nacionais tinham sido consertadas e 141 precisavam de reparos (PR. SANTOS, 1916, Anexo “Almoarifado [...]). Escola de 23 municípios, inclusive o Ginásio Paranaense e a Escola do 3º

Regimento de Infantaria receberam, respectivamente, 41 carteiras americanas e 12 nacionais. No cômputo geral, saiu do Almojarifado os seguintes objetos e móveis:

**QUADRO II**  
**TOTAL DE OBJETOS SAÍDOS DO ALMOJARIFADO NO ANO DE 1916.**

OBJETOS	QUANTIDADE	OBJETOS	QUANTIDADE
Carteiras nacionais.....	..... 391	Globo geográfico .....	.....1
“ americanas .....	..... 779	Tela Preta .....	.....8m.
Mapas do Brasil .....	.....32	Ferro para porta .....	.....1
“ do Paraná .....	.....26	Estrados .....	.....3
Vassouras .....	.....38	Quadro-negros .....	..... 5
Caixas de giz .....	.....7	Tinteiros .....	.....258
Capacho de ferro .....	..... 1	Mesa .....	.....1
“ de côco .....	.....1	Contadores .....	.....3
Talha de água .....		Parafusos para 150 carteiras ...	ñ especificado

FONTE: SANTOS, 1916, anexo “Almojarifado – Mapa do movimento deste Almojarifado”.

As escolas mais prejudicadas foram as do interior, dependentes das condições das estradas, para receberem material. Os pedidos de carteiras foram constantes, como solicitava o Inspetor Escolar de Tamandaré, para a Escola da Colônia Conceição (PR. Ofício [...], 1917, p. 307).

Na relação de material fornecido pelo Almojarifado, em 1917, constou pela primeira vez a entrega de ‘armários de pinho’: 5 para o Semi-Grupo de Rio Negro, 2 para o Grupo Professor Cleto e 2 para o Grupo 19 de Dezembro, ambos em Curitiba. Outros objetos constaram pela primeira vez na relação, evidenciando a inclusão de novos materiais, fornecidos às escolas (PR. SANTOS, 1917, p. 144. Anexos, “Almojarifado da [...]”; “Quadro dos Objetos [...]”).

O fornecimento de livros didáticos, que anteriormente se fazia após insistentes pedidos, era providenciado pelo Serviço juntamente com outros objetos, como as coleções de mapas históricos, os cadernos de trabalhos manuais, cartografia e caligrafia (PR. SANTOS, 1917, p. 144. Anexos, “Almojarifado da [...]”; “Quadro dos Objetos [...]”). Esses objetos que foram novidade no ambiente escolar permitiram o melhor cumprimento das determinações curriculares, estabelecidas no Código do Ensino (Decreto nº 17 de [...], 1917. Código de Ensino, 562 p.).

Os livros didáticos, devido à dificuldade em obtê-los, foram insistentemente solicitados, como ocorreu com a professora de União da Vitória, em 1903 (PR. Ofício [...], 1903, p.84) e posteriormente com muitos outros professores.

Em 1917, decorridos quatorze anos desde o pedido da professora de União da Vitória entre outros, a distribuição e remessa de livros ainda permanecia instável e

irregular. Entretanto a tendência era o envio de quantidades mais elevadas daí para frente, notadamente a partir de 1920, quando Prieto Martinez assumiu a Inspeção Geral da Instrução Pública.

A Reforma de Ensino empreendida por Prieto Martinez, em 1920, ocupou-se também dos recursos materiais. A destinação de verba especial para sanar dificuldades permitiu ao Inspetor prover as escolas e, principalmente no tocante ao ensino, adquirir maior quantidade de livros para serem remetidos às escolas. Naquele mesmo ano foram comprados pelo Governo, os seguintes livros didáticos:

Quantidade	Livros / autores
9.866	Cartilhas de Ensino Rápido, de Mariano de Oliveira.
4.290	Páginas Infantis, de Mariano de Oliveira.
4.440	Nossa Pátria, de Rocha Pombo.
76	Corações de Crianças, de Rita Macedo.
30	2º Livro, de Rangel Pestana.
29	Porque me ufano do meu País, de Affonso Celso.

FONTE: PR. MARTINEZ, Cesar Prieto. Relatório [...], 1920, p. 18, 30.

Os demais materiais relacionados em outras duas listas, “Material para o ensino” e “Objetos de expediente para grupos e escolas”, constavam, respectivamente, quadros-negros, caixas de giz, cadernos escolares, mapas, tinteiros, resmas de papel, impressos do Hino Nacional e material para o serviço burocrático das escolas, tudo em grande quantidade. Os livros foram destinados a 659 classes de grupos escolares e escolas isoladas, que contavam com 17.511 crianças matriculadas (PR. MARTINEZ, 1920, p. 34).

Em 1921, o Inspetor Geral ampliou o tipo de material. Além de livros e cartilhas, foram adquiridos mapas geográficos da Europa (6), da América do Sul (14), da América do Norte (2) e Mapa Mundial (1). O número de armários também aumentou consideravelmente, de vez que, no ano anterior, o Almojarifado fornecera 121 armários e, nesse ano, mais 34. O hábito de guardar o material na residência foi, aos poucos, cedendo lugar ao hábito de guardar o material na escola (PR. MARTINEZ, 1920, p. 30; \_\_\_\_\_, 1921, p. 119).

O respaldo financeiro, dado pelo Governo, não ocorreu pela simples preocupação de melhorar as condições de ensino no Paraná, mas, principalmente, devido à exposição de motivos feita por Prieto Martinez, a partir do levantamento das condições das escolas. Por outro lado o movimento nacionalista, que Martinez

integrava, priorizava a educação, reforçada pela determinação federal de uma efetiva fiscalização. Ainda corroborava o exemplo das escolas paulistas, devidamente aparelhadas e com um sistema de ensino organizado.

Em 1924, o Presidente do Estado fez apreciações elogiosas a respeito dos estabelecimentos públicos de ensino primário, considerando o provimento de recursos como um dos fatores concorrentes para a melhoria do padrão de ensino no Paraná (PR. MUNHOZ DA ROCHA, 1924, p. 93).

As dificuldades financeiras do Estado aos poucos começavam a ser superadas. Novas frentes de trabalho iriam descortinar-se daí para frente ao Norte do Estado, trazendo novas divisas ao Paraná. Se a erva-mate teve o seu momento de grande produção, o café iria, aos poucos, a partir da década de 1930 ganhar espaço e tornar-se um novo símbolo produtivo do Estado, proporcionando a melhoria dos investimentos governamentais, em todos os setores.

### **Algumas reflexões para não concluir.**

Os estudos a respeito da educação, em qualquer um de seus níveis, não se concluem, pois as pesquisas não se extinguem não se esgotam. As fontes são inúmeras, contendo uma diversidade e multiplicidade que as tornam inesgotáveis. Por isso, encerra-se este estudo com algumas reflexões que não são conclusivas, mas pelo contrário, têm a pretensão de ensejar novas investigações.

As questões que envolveram a formação de professores deram-se, uma pela falta de recursos da própria Província e outra pela falta de um corpo docente para atuar na escola de formação de professores, tendo o Governo que recorrer ao corpo docente do Ginásio. A partir de 1876, com a criação da Escola Normal pelo Presidente Adolpho Lamenha Lins ficou patente as dificuldades para o estabelecimento da Escola que, durante muitos anos, permaneceu anexada ao Ginásio. Não somente a falta de professores para a Escola, mas, principalmente, a baixa frequência de alunos.

Após o Governo decidir criar uma Escola de formação feminina foi que a frequência começou a elevar-se. Mesmo assim, a quantidade de professoras normalistas ainda era restrita em relação ao número de escolas, forçando o governo a manter a contratação de professores treinados na prática.

Da mesma forma foram as dificuldades com a instalação e o equipamento de escolas. Somente no período da República foi que o Governo reconheceu a necessidade de construir prédios apropriados para as escolas. Mesmo assim, muitas

escolas ainda continuaram a funcionar em casas alugadas sem terem algum material para equipá-las. Não foi sem alguma dificuldade e após insistentes pedidos que professores e inspetores escolares conseguiram obter a atenção das autoridades para autorizarem a compra de material básico para as escolas.

O levantamento realizado pelo Inspetor Geral Prieto Martinez foi decisivo para convencer as autoridades a adquirirem material para ser distribuído e enviado às escolas. A ação deste Inspetor foi relevante nesta fase inicial da República, na década de 1920, tanto assim que a insistência para a aquisição de livros começou a ter resultados no ano seguinte de sua atuação.

Nos dias atuais ainda se constata a relevância do equipamento das escolas, carteiras, mesa, cadeira, ventilador, multimídia, biblioteca entre outros recursos constituem o pano de fundo para o funcionamento das aulas. Se a formação do professor guarda sua importância, por ser ele peça fundamental juntamente com o aluno para o funcionamento da instituição, os recursos físicos e materiais também não ficam atrás. Esses recursos têm sua grande importância no êxito da instituição, considerando ainda a tecnologia que se dispõe neste início de século XXI.

## REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti. População do Paraná tradicional. In: EL-KATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**, espírito da sociedade brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. t. 2.

CARNEIRO, David. A cultura paranaense, ensino primário. In: \_\_\_\_\_. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba: Vanguarda, 1963. t. 1.

CHAIA, Josephina. **Financiamento escolar no segundo Império**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965.

EL-KATIB, Faissal. (Org.). História do Paraná. 2.ed. Curitiba: Grafipar, 1969. 4 v.

FIALHO, B. A educação secundária no Brasil, 1500-1900. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 5, out. 1941.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Tereza; JOBIM e SOUZA, Solange; KRÄMER, Sonia (Orgs.). **Ciências Humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e Educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 1994.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, 1972.

Machado, Brasil Pinheiro. Sociedade Campeira – Gênero de vida. In: EL-KATIB, Faissal. (Org.) **História do Paraná**. 2.ed. Curitiba: Grafipar, 1969. t. 2.

\_\_\_\_\_. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná**, Departamento de História, Curitiba, n. 3, p. 7-16, jun., 1963.

Miguel, Maria Elizabeth Blanc. **A pedagogia da Escola Nova na formação do professor primário paranaense**. São Paulo: PUCSP, 1992. Tese de Doutorado em Educação.

Neirão, Francisco. (Dir.) **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**: documentos para a História do Paraná. Curitiba: Impr. Paranaense, 1930. Actas das Sessões da Câmara, 1815-1841.

Oliveira, Maria Cecília Marins de. **O Ensino Primário na Província do Paraná**. Curitiba: BPPR / SEEPR, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. São Paulo: FEUSP, 1994. Tese de Doutorado em Educação.

Pillot, Erasmo. **A Educação no Paraná**, síntese sobre o ensino elementar e médio. Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, nº 3, p. 127, 1954.

Saint-Hilaire, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Itatiaia, 1978.

Tanuri, L.M. O Ensino Normal no Estado de São Paulo. 1889-1930. São Paulo: Publicação da Universidade de São Paulo. **Faculdade de Educação. Estudos e Documentos**, v. 16, 1979.

Westphalen, Cecília Maria. A erva-mate e a madeira. In: EL-KATIB, Faissal. **História do Paraná**. 2.ed. Curitiba: Grafipar, 1969.

\_\_\_\_\_. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. In: **Revista de História**. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, nº 6, v. 31, p. 546, 1973.

## **Documentos Oficiais. Relatórios.**

### **SÃO PAULO.**

Pinto, Diogo de Mendonça. **Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo em 1854**. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro de Antônio Lousada Antunes, 1855. 1 v.

### **PARANÁ.**

AMARAL E SILVA, Victor Ferreira do. **Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz pelo Dr. [...] Superintendente Geral do Ensino Público do Estado, em 1º de novembro de 1893.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894. 1 v.

BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente da Província [...].** Curitiba: Tipographia de Cândido Martins Lopes, 1867. 1 v.

CAMARGO, Affonso Alves de. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. [...] ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislatura. Curitiba. 1º de fevereiro de 1929.** Curitiba: (s.n.t.). 1 v.

CHAVES, Antônio Augusto C. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Paraná pelo Bacharel [...] Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1898.** Curitiba: Tip. D'A República, 1899. 1 v.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins D.D. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. [...] Diretor Geral da Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1906.** Curitiba: (s.n.t.). 1 v.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins D.D Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. [...] Diretor Geral da Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1907.** Curitiba: (s.n.t.), 1907. 1 v.

DANTAS Filho, Manoel Pinto de Souza. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo Presidente [...].** Curitiba: Tip. Perseverança, 1880. 1 v.

LINS, Bento José Lamenha. **Relatório apresentado ao Dr. [...] D.D. Secretário do Interior Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1905.** Curitiba: (s.n.t.).

MARTINEZ, Cesar Prieto. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor [...] Inspetor Geral do Ensino. 1920.** Curitiba: Tip. da Penitenciária do Estado, (s.d.). 1 v.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor [...] Inspetor Geral do Ensino. 1921.** Curitiba: Tip. da Penitenciária do Estado, (s.d.). 1 v.

MOREIRA, Carolina. Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública pela Professora [...], em 1907. In: CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins D.D. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. [...] Diretor Geral da Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1907.** Curitiba: (s.n.t.). 1 v.

ROCHA, Caetano Munhoz da. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. [...], Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 17ª Legislatura.** Curitiba: 1º de fevereiro de 1924. (s.n.t.). 1 v.

SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. Quadro demonstrativo dos professores que foram nomeados, removidos, aposentados e demitidos no ano de 1866. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública. In: BURLAMARQUE, Polidoro Cesar. **Relatório [...] a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente da Província [...]**. Curitiba: Tipografia de Candido Martins, 1867. 1 v.

SANTOS, Claudino Rogoberto Ferreira dos. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado pelo Dr. [...] Secretário de Estado dos Negócios de Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1913**. Curitiba: Tipografia do Diário Oficial, 1914. 1 v.

SANTOS, Enéas Marques. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo Presidente do Estado pelo Dr. [...] Secretário de estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1916**. Curitiba: Tipografia d'A República, 1917. 1 v. Anexos. "Almoxarifado da Instrução Pública", "Quadro dos Objetos saídos do Almoxarifado em 1917".

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro [...] na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba: Tip. Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. 1 v.

XAVIER, Luiz Antônio. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado pelo Coronel [...] Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1909**. Curitiba: Tip. d'A República, 1910.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado pelo Coronel [...] Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1908**. Curitiba: (s.n.t.), 1909. 1 v.

## **PARANÁ. Legislação.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 238, de 19 de abril de 1870. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, 1870.

\_\_\_\_\_. Lei nº 456, de 12 de abril de 1876. Regulamento Orgânico da Escola Normal e do Instituto Paranaense. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, 1876.

\_\_\_\_\_. Palácio da Presidência em 18 de janeiro de 1882. Regulamento do Instituto Normal e de Preparação da Província do Paraná. **Leis e Decretos da Província do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, 1882.

\_\_\_\_\_. Ato nº 24 de 16 de janeiro de 1883. Regulamento do Instituto Paranaense e Escola Normal anexa. **Leis e Decretos da Província do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, 1883.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 263 de 22 de outubro de 1903. Regimento Interno das Escolas Públicas. **Leis e Decretos do Estado do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, 1903.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino. **Coleção de decretos e regulamentos de 1917**. Curitiba: Tip. d'A república, 1917. 562 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino. **Coleção de decretos e regulamentos de 1917**. Curitiba: Tip. D'A República, 1917.

### **PARANÁ. Ofícios e Requerimentos.**

\_\_\_\_\_. Ofício da Professora Júlia Wanderley Pehich ao Secretário do Interior, em 14 de junho de 1905. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1222, v.10, 1905. f/v.

\_\_\_\_\_. Ofício do Inspetor Escolar de Paranaguá ao Direitor Geral da Instrução Pública, em 30 de maio de 1910. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1374, v. 10, 1907. f/v.

\_\_\_\_\_. Ofício do Inspetor Escolar da Comarca de São José dos Pinhais ao Diretor Geral da Instrução Pública, em 6 de julho de 1907. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1282, v. 10, 1907. f/v.

\_\_\_\_\_. Ofício do Secretário Geral do Estado ao Diretor Geral da Instrução Pública, em 9 de abril de 1913. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1476, v.10, 1913. f/v.

\_\_\_\_\_. Abaixo assinado de pais e responsáveis de Balsa Nova ao Inspetor Escolar de Campo Largo, em 16 de maio de 1918. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1700, v.10, 1918.

\_\_\_\_\_. Ofício da professora Maria Magdalena Lemes Fernandes da Escola de São José dos Pinhais, ao Diretor Geral do Ensino, em 26 de outubro de 1898. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1085, v. 10, 1898.

\_\_\_\_\_. Ofício do professor João Baptista Guimarães da Escola de Palmas ao Secretário do Interior, em 28 de outubro de 1898. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1085, v.10, 1898.

\_\_\_\_\_. Relatório do professor Félix de Mattos Leão da Escola de palmeira, em 19 de outubro de 1897. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1085, v.10, 1897.

\_\_\_\_\_. Ofício do Inspetor Escolar Eduardo da S. Ribas ao Secretário da Instrução Pública, em 10 de setembro de 1897. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1085, v.10, 1897.

\_\_\_\_\_. Ofício do Prefeito do Município da Lapa, Fortunato José de Almeida, ao Secretário da Instrução Pública, em 3 de junho de 1905. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1222, v. 10, 1905.

\_\_\_\_\_. Ofício do Professor Manoel Borges de Macedo do povoado de Santaria ao Inspetor Escolar do Município de Votuverava, em 11 de abril de 1906. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1248, v. 10, 1906.

\_\_\_\_\_. Ofício do Inspetor Escolar de Tamandaré ao Secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 5 de abril de 1917. Curitiba. DEAP/OFFICIOS-1654, v.10, 1917.